

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.770.767 - SP (2018/0262908-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**RECORRENTE** : **BRADESCO SAUDE S/A**  
**ADVOGADO** : **ALESSANDRA MARQUES MARTINI E OUTRO(S) - SP270825**  
**RECORRIDO** : **LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A**  
**ADVOGADOS** : **MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA E OUTRO(S) - MG063440**  
 : **ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA - MG086844**  
**RECORRIDO** : **FRANCISCO DE ASSIS MEZZALIRA**  
**ADVOGADO** : **RENATA VILHENA SILVA E OUTRO(S) - SP147954**

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. MANUTENÇÃO DE APOSENTADO E DEPENDENTES. PAGAMENTO DA FRAÇÃO OUTRORA CUSTEADA PELO EMPREGADOR. POSSIBILIDADE. A PREVISÃO CONTIDA NOS ARTIGOS 30 E 31 DA LEI 9.656/98 NÃO CONFERE A EX-EMPREGADOS DIREITO ADQUIRIDO A UM DETERMINADO MODELO DE CUSTEIO DE PLANO DE SAÚDE, MAS TÃO SOMENTE GARANTE A PARIDADE SEGMENTAÇÃO E COBERTURA, REDE ASSISTENCIAL, PADRÃO DE ACOMODAÇÃO EM INTERNAÇÃO, ÁREA GEOGRÁFICA DE ABRANGÊNCIA E FATOR MODERADOR EM RELAÇÃO AO PLANO PRIVADO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE CONTRATADO PARA OS EMPREGADOS ATIVOS. PARA TANTO, É POSSÍVEL QUE O EMPREGADOR ESTABELEÇA CARTEIRAS DISTINTAS PARA MEMBROS DA ATIVA E APOSENTADOS OU DEMITIDOS, CUSTEADAS A PARTIR DE REGIMES DE CONTRIBUIÇÃO DIFERENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

**DECISÃO**

1. Cuida-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Alega a recorrente que a decisão viola o art. 31 da Lei n. 9.656/1998 e a Resolução ANS n. 279, pois o direito de permanência do aposentado na condição de beneficiário do plano de saúde implica garantia de manutenção da mesma segmentação e cobertura, não alcançando questões referentes a prêmios ou mensalidades e reajustes.

Diz que a decisão diverge de precedente do STJ, no REsp 1.656.827/SP.

2. Na inicial, o autor, ora recorrido, requereu:

**Com isso, Excelência, a segregação dos idosos e ex- empregados com a criação de nova carteira formada por pessoas apenas deste segmento, inclusive com a alteração da forma de pagamento, ganha “APARÊNCIA DE LEGALIDADE”, vez que está em**

**conformidade com o que prevê a RN 279 da ANS.**

Todavia a aparência de legalidade exposta decorre de uma compreensão completamente equivocada do caráter sistemático do ordenamento jurídico. Sem embargo, ensina CARLOS MAXIMILIANO que o Direito deve ser interpretado como um sistema, posto que “não se encontra um princípio isolado, em ciência alguma; acha-se cada um em conexão íntima com os outros. O Direito objetivo não é um conglomerado caótico de preceitos; constitui vasta unidade, organismo regular, sistema, conjunto harmônico de normas coordenadas, em interdependência metódica, embora fixada cada uma no seu lugar próprio 2”.

**O acórdão recorrido dispôs:**

In casu, há de se aclarar que a intenção do artigo 31 da Lei nº 9.656/98 é vedar a discriminação entre funcionários ativos e inativos, de maneira que o paradigma de confronto para estabelecer em quais condições o plano de saúde deve ser mantido é o que atualmente é oferecido pela empregadora, e não o que era oferecido ao apelado quando era ativo, sob pena de correr-se o risco de não afastar a discriminação entre um e outro funcionário, além de gerar uma situação em que o prêmio restaria estático ad aeternum, sem recomposição da sinistralidade e nem manutenção do poder de compra da moeda frente à inflação.

Em outras palavras, o prêmio do plano de saúde mantido aos empregados inativos deve corresponder à integralidade dos valores atualmente pagos em favor de empregados em atividade, não podendo ficar adstrito aos valores originariamente pagos pelo apelado quando estava na ativa, uma vez que, repisa-se, o que a lei pretende impor é a equiparação entre os funcionários ativos e os aposentados, na mesma condição.

**Comporta acolhida a irresignação.**

"Nos termos da jurisprudência da Segunda Seção desta Corte Superior, a previsão contida nos artigos 30 e 31 da lei 9.656/98 não confere a ex-empregados direito adquirido a um determinado modelo de custeio de plano de saúde, mas tão somente garante a paridade segmentação e cobertura, rede assistencial, padrão de acomodação em internação, área geográfica de abrangência e fator moderador em relação ao plano privado de assistência à saúde contratado para os empregados ativos. Para tanto, é possível que o empregador estabeleça carteiras distintas para membros da ativa e aposentados ou demitidos, custeadas a partir de regimes de contribuição diferentes. Precedentes." (AgInt no REsp 1781796/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/05/2019, DJe 03/06/2019)

**Confira-se:**

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. ART. 31 DA LEI 9.656/98. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO ÀS CONDIÇÕES DE QUANDO EMPREGADO. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM ENTENDIMENTO FIRMADO NESTA CORTE SUPERIOR.

SÚMULA 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A previsão contida no artigo 31 da lei 9.656/98 não confere direito adquirido a um determinado modelo de custeio de plano de saúde fruído na ativa, mas tão somente garante a paridade de segmentação e cobertura, rede assistencial, padrão de acomodação em internação, área geográfica de abrangência e fator moderador em relação ao plano privado de assistência à saúde contratado para os empregados ativos. Destaque-se, ademais, que, para tanto, é possível que o empregador estabeleça carteiras distintas para membros da ativa e aposentados ou demitidos, custeadas a partir de regimes de contribuição diferentes. Precedentes.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1429245/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 23/05/2019)

-----  
-----  
AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. MANUTENÇÃO DE APOSENTADO E DEPENDENTES. NOVO REGIME DE CUSTEIO. POSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Na hipótese do artigo 31 da Lei 9.656/98, mantidas as condições de cobertura assistencial da ativa, não há que se falar em direito adquirido do aposentado ao regime de custeio do plano de saúde coletivo empresarial vigente à época do contrato de trabalho, revelando-se lícita sua migração para novo plano, na modalidade pré-pagamento por faixa etária, se necessário o redesenho do sistema para evitar o seu colapso (exceção da ruína), afastadas a onerosidade excessiva ao consumidor e a discriminação ao idoso (REsp 1.479.420/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 01.09.2015, DJe 11.09.2015).

2. O acolhimento das impugnações pertinentes à suposta inexistência de paridade de condições dos planos de saúde oferecidos a funcionários da ativa e inativos, bem como a respeito da ocorrência de onerosidade excessiva e discriminação do idoso, demandaria revolvimento de matéria fático-probatória. Incidência das Súmula 5 e 7/STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1427846/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 15/05/2019)

3. Diante do exposto, dou provimento ao recurso especial para julgar improcedente o pedido formulado na exordial, estabelecendo custas e honorários advocatícios sucumbenciais, estes arbitrados em 15% do valor atualizado da causa, integralmente arcados pelo autor - observada a eventual gratuidade de justiça.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 20 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator